



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681204 - RS (2021/0225271-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RAFAEL DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5076889-65.2021.8.21.7000/RS).

O paciente está preso preventivamente pelo suposto descumprimento de medida protetiva.

A impetrante pugna pelo reconhecimento da nulidade da decisão que determinou a prisão do paciente sem a prévia manifestação da defesa.

Alega a falta de fundamentação e da comprovação dos requisitos legais para a decretação da prisão preventiva do paciente.

Afirma que a manutenção da prisão preventiva configura indevido constrangimento ilegal, por não estarem presentes os pressupostos autorizadores, em razão da possibilidade de substituição de medidas cautelares, pois trata-se de réu primário, bem como pela contrariedade à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Destaca ainda a situação de calamidade pública causada pela pandemia do coronavírus e ressalta a Recomendação n.62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a liberdade provisória do paciente até o julgamento do *writ*.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade.

Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante não juntou a cópia do decreto preventivo originário. A deficiência na instrução do writ impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do documento acima referido.

Dê -se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente